

SILÊNCIO DA COR: ESCRAVIDÃO NA REGIÃO DO BOLSÃO SULMATOGROSSENSE (1838-1888)

*CASTRO, Alexandre de.*¹

Resumo: Este relato de projeto de pesquisa é resultado (parcial) de um trabalho de natureza histórica a respeito da escravidão contida nos registros e notas sob a responsabilidade do 1º Cartório de Registros do Município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul. A revisão da história regional do Bolsão Sulmatogrossense possui dupla pretensão: resgatar os fatos de um regime escravocrata entre os anos de 1838 a 1888, que permanece em silêncio na historiografia, além da recuperação do papel dos escravos na fundação e desenvolvimento do município de Paranaíba e região. Tal revisão se mostra realizável pelo acesso as informações de natureza documental contidas em fontes primárias, aliada a uma pesquisa bibliográfica especializada na temática da escravidão no Estado de Mato Grosso. Da análise da documentação realizada até o momento é possível compreender parte da dinâmica do cotidiano de ocupação da terra e as relações sociais daí resultantes.

Palavras chave: Escravidão. Cotidiano. Relações Sociais. Mato Grosso do Sul.

Abstract: This report of the research project is a (partial) result of a work of historical character referring to the slavery contained in the records and notes under the responsibility of the 1st Secretariat of the Register Office of Paranaíba, Mato Grosso do Sul. The review of the regional history of the Bolsão Sulmatogrossense has two pretensions: to recover the facts of a slave regime between the years 1838 to 1888, which remains silent in the historiography, besides the recovery of the role of slaves in the foundation and development from municipal district of Paranaíba and region. This review shows that it is feasible from the access documentary information contained in primary sources, together with a specialized bibliographical research on the subject of slavery in the State of Mato Grosso. From the analysis of the documentation made so far it is possible to understand part of the dynamics of the occupation of land and the resulting social relations.

Key words: Slavery. Daily. Social Relationships. Mato Grosso do Sul.

¹ Alexandre de Castro é professor do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Paranaíba. Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP/Câmpus de Marília SP, com a Tese que dá título a este relato de pesquisa. xadrecas@gmail.com

Introdução

Pode causar certa estranheza falar em escravidão na Província de Mato Grosso, sobretudo na região de Santana do Paranaíba, ponto de intersecção entre os Estados de São Paulo, Goiás e Minas Gerais.

Mas fato é que desde a fundação da Capitania de Mato Grosso, nomeando para Governador e Capitão-general em 1748, Rolim de Moura, nos “[...] componentes da monção que [o] transportou [...] de São Paulo a Cuiabá, já estava delineada a composição racial do povo que ele, em seguida, encontrou fixado na Capitania, ou seja, os europeus, **os negros**, os índios e os mestiços.” (FIGUEIREDO, 2010, p. 35, grifo nosso).

Portanto, a presença negra já se faz sentir desde a fundação da Capitania de Mato Grosso. Com respeito à região do Santana do Paranaíba, região hoje localizada ao leste do Estado de Mato Grosso do Sul, a presença negra se deu em virtude da utilização desta mão de obra nas atividades econômicas desenvolvidas pelos “[...] entrantes mineiros e francanos [na] posição de desbravadores, de primeiros ocupantes, ou *pioneiros* que, oriundos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Goiás [...] chegaram [...] para ocupar o espaço visto como *desabitado*.” (CAMARGO, 2010, p. 15, grifo do autor).

A devida importância dos negros cativos na região é destacada por Camargo (2010, p. 168):

Grande parte dos negros escravizados utilizados nas mais diversas atividades da unidade pastoril era oriunda da região de Minas Gerais. Muitos deles foram trazidos também para o sul de Mato Grosso, sobretudo por ocasião do tráfico interno a partir de 1850. A vida material da sociedade santaense pode ser retirada dos livros de matrícula de escravizados, das cartas de alforria, processos-crimes, testamentos, hipotecas [...].

Em *O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)* (2010), Isabel Camilo de Camargo resgata e elucida a história do município paranaibense, destacando a importância da mão de obra escrava e sua vocação agro-pastoril. Aí encontramos quadros com a classificação dos cativos a serem libertados e inventários com o número de escravos com informações sobre sua origem.

Contudo, a importância da presença dos negros nesta região ainda carece de ser contada. Há um aparente “esquecimento” de seu papel na fundação e desenvolvimento da região.

Tal fato é notório na produção bibliográfica destinada a contar a história da região que, em sua grande maioria, só se dá a conhecer a história dos colonizadores. Na obra *Santana do Paranaíba* (1994), dividida em três partes, as duas primeiras destinadas à memória fotográfica destacam aspectos físicos, prédios, e as famílias pioneiras de fundação da cidade. Encontramos rápida menção aos primeiros habitantes da região, os índios Caiapós, no capítulo I, da terceira parte.

Na terceira parte da obra, ao destacar o censo de 1872, o autor traz uma informação interessante, pois neste período Santana do Paranaíba possui uma população de 3.234 habitantes “[...] constituídos de 838 brancos, **692 negros, 1.610 mulatos**, 94 caboclos; a população livre era de 2.880 pessoas **e a escrava, de 354; havia 100 estrangeiros (todos africanos, dentre eles 34 escravos)**” (CAMPESTRINI, 1994, p. 101, grifo nosso).

Embora com uma população considerável de negros e mulatos que habitavam Santana do Paranaíba por volta da segunda metade do século XIX, nenhuma referência é feita à sua participação na sociedade paranaibense.

Uma segunda edição desta mesma obra, publicada no ano de 2002, traz consigo a mesma omissão. Atualizada com alguns dados, acrescentou-se mais um capítulo, o de número dois, denominado *Gente que fez história* destacando profissionais, políticos e religiosos de destaque na sociedade, novamente sem nenhuma menção ao papel dos negros e sua participação na criação e desenvolvimento do município. Como se a presença negra nesta região do país nunca existira.

O presente relato teve sua gênese no desenvolvimento de um projeto de pesquisa iniciado em outubro de 2012 junto ao 1º Cartório de Registros Cíveis do município de Paranaíba, Estado de Mato Grosso do Sul, projeto este proposto junto à Divisão de Pesquisa da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, cadastrado na Divisão de Pesquisa/PROPP da Universidade sob nº 06.1396.12/DP, com a finalidade de analisar os livros de Notas, Registros, Procurações e Escrituras que se encontram sob a responsabilidade do 1º Cartório de Registros do município de Paranaíba/MS.

Do trabalho empírico realizado junto aos livros de separar, analisar, organizar e discriminar é possível extrair uma rica variedade de dados a respeito da presença dos negros cativos e das relações sociais que permearam a vida cotidiana no Bolsão Sulmatogrossense.

Quadro teórico metodológico.

A temática da etnia negra no Brasil parece-nos “[...] ser uma constante universal em qualquer figuração de estabelecidos-outsiders: o grupo estabelecido atribuía a seus membros características humanas superiores; excluía todos os membros do outro grupo do contato social [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20). Para Elias e Scotson (2000, p. 23) fatos como esse ocorrem quando “[...] um grupo consegue lançar um estigma sobre outro – a sociodinâmica da estigmatização [...].”

Em termos de Brasil, parece-nos que a reiterada afirmação da inferioridade do negro e sua invisibilidade como pessoa encontram explicações no discurso da vida cotidiana da sociedade brasileira, cotidiano esse que esboçará sinais de mudanças a partir de 1808, com a chegada da família Real ao Brasil. Até então, tínhamos um ambiente que por muito tempo permaneceu com os traços de sua fundação, permeado pelas condições “sociodinâmicas da estigmatização” típicas: uma nação de analfabetos, predominantemente rural, exclusivamente católica e modelo econômico baseado na monocultura e na exploração na mão de obra escrava.

O panorama político começa a mudar, e com ele a vida cotidiana, de forma mais intensa com a Revolução do Porto, em outubro de 1820, obrigando o retorno de D. João a Portugal. Nesse período da história do Brasil se dá uma atividade política mais intensa: a Proclamação da Independência, a convocação de uma Assembleia Constituinte, a criação do sistema representativo, o embate entre os partidos políticos, a inovação do Poder Moderador na divisão de funções do poder, marcando o início da ocupação dos espaços políticos pela elite brasileira (PAIM, 1998).

De acordo com Heller (2000), a sociedade no qual estão mergulhados os indivíduos é marcada por atividades de natureza repetitiva, motivadas pela busca de resultados passageiros e nesta atividade com vistas à realização de nossas mais diversas tarefas, empreendemos comportamento que fomos levados a acreditar como corretos, sem contestações ou críticas. Para Heller (2000, p. 44), a vida cotidiana seria inviável se “[...] nos empenhássemos em fazer com que nossa atividade dependesse de conceitos fundados cientificamente.”

Também compartilhamos dessa crença de que as atividades do cotidiano não obedecem a critérios científicos, sendo dirigidas por ações baseadas em generalizações,

“ultrageralizações”, ou seja, generalizações em excesso, juntando “[...] coisas, fatos, pessoas [...] numa só idéia ou numa única opinião coisas, pessoas e fato julgados semelhantes, sem indagar se a semelhança não seria aparente [...]” (CHAUÍ, 1996/1997).

Segundo Heller (2000, p. 44) os homens extraem destas generalizações os conceitos com os quais se orientam no complexo social; extraem “[...] uma *regra provisória de comportamento*: provisória porque se antecipa à atividade possível [...]”

A completa ausência do papel do negro na historiografia do município paranaibense e, conseqüentemente, sua invisibilidade como atores sociais no desenvolvimento da região, obedecem à mesma lógica de exclusão discutida por Elias; Scotson (2000). O silêncio tem patrocinado esta exclusão de forma tão eficaz ao ponto de próprios alunos da Universidade (muitos são moradores do município) ignorarem por completo a vigência do regime escravocrata na região durante os anos de 1838 a 1888.

Além do silêncio, toda a história do município é contada e cotidianamente reforçada pela ótica dos proprietários que nos levam a acreditar que os únicos e verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento do município e da região foram famílias tradicionais que para ali migraram no início do século XIX, sobretudo originários do Estado de São Paulo e Minas Gerais, com o declínio do ciclo do ouro.

O resgate desta história, quebrando o silêncio e rompendo com tal reafirmação deste cotidiano se traduz na “[...] tentativa de elaborar respostas e soluções às [...] dúvidas e problemas e que levam à compreensão [...] do mundo em que se vive” (KÖCHE, 2009, p. 43).

Procedimentos metodológicos (métodos de abordagem e coleta de dados; formas de análise)

Considerando o quadro teórico-metodológico, no qual se apoia o relato aqui proposto, constituído pelas formulações teóricas de Elias e Scotson (2000), sobre fatos como os dos *outsiders*, e de Heller (2000), sobre a ação do homem na produção do cotidiano, é possível afirmarmos que se impõe a adoção de um método de abordagem centrado na historicidade do objeto e das ações sujeitos.

Tal abordagem também se justifica considerando o objetivo geral da pesquisa, de recuperar, analisar e interpretar aspectos de uma fonte primária, no caso o conteúdo dos livros de Registro que “[...] ainda não tiveram nenhum tratamento analítico, [...] matéria

prima, a partir da qual o pesquisador vai desenvolver sua investigação e análise.” (SEVERINO, 2007, p. 123).

Os primeiros passos foram no sentido de efetuarmos um trabalho empírico de localizar, discriminar e organizar o conteúdo de material constante nos livros cartorários. Em seguida procedemos a uma análise de dados delimitados temporalmente num período compreendido entre os anos de 1838 a 1888, a qual, assim como seus sujeitos, terá que ser descrita e interpretada em seus aspectos constitutivos, pois os Livros de Registro, que permitem uma pesquisa de natureza documental “[...] constituem fonte rica e estável de dados [que] subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica” (GIL, 2002, p. 46).

Na sequência buscaremos discutir os conceitos, as categorias que permitem organizar os tópicos e as questões prioritárias para, num trabalho posterior, orientar a análise e a interpretação dos aspectos encontrados nos livros. A análise e interpretação desses aspectos representa o esforço do investigador de estabelecer as conexões dos fatos que constituem a problemática pesquisada, ou seja, a ausência dos negros e seu papel na região leste de Mato Grosso do Sul, o que não se apresenta à primeira vista.

E, é nesse momento que buscaremos superar a percepção imediata das impressões primeiras, passando-se do plano “pseudoconcreto” ao concreto que expressa o conhecimento apreendido da realidade. “Captar o fenômeno de determinada coisa significa indagar e descrever como a coisa em si se manifesta naquele fenômeno, e como ao mesmo tempo nele se esconde” (KOSIK, 1976, p.12), tarefa essa que se impõe ao pesquisador.

Finalmente, buscar-se-á a síntese da investigação, a exposição orgânica, coerente das múltiplas determinações que explicam a problemática investigada, capaz de conduzir aos objetivos da pesquisa. Aqui, temos como expectativa, não só evidenciar o avanço em relação ao nosso conhecimento anterior, como também evidenciar as questões pendentes e as perspectivas de se pensar as questões atuais em torno da temática.

Resultados e considerações.

Do trabalho realizado foram analisados conteúdos de 11 (onze) livros de Registro sob a guarda e responsabilidade do Cartório, totalizando 887 (oitocentos e oitenta e sete) páginas de documentos a respeito de Notas, Registros, Procurações e Escrituras do período compreendido entre 22 de agosto de 1838 a 24 de março de 1888, abordando quarenta e

nove anos e três meses de história do município. Ressalvado a ausência do Livro de número 06 (seis) criando uma lacuna temporal, pois se trata de um livro onde foram realizados os registros de 02 de maio de 1873 a 28 de setembro de 1877.

Durante a execução do projeto foram analisados o teor dos registros de 32 Procurações, 18 Permutas de imóveis, 01 Compra com reserva de usufruto, 422 Compras e vendas de imóveis, 02 Doações de gado, 35 Doações de imóveis, 02 Declarações, 01 Nomeação de Tabelião, 05 Trocas de imóveis, 01 Casamento, 01 Composição e troca de partilha, 01 Contrato de arras, 02 Contratos de sociedade, 02 Contratos conjugais, 01 Auto de posse, 01 Contrato para entrega de rezes, 01 Quitação de dívida, 24 Atas, 01 Nomeação de tutor, 01 Contrato de condomínio, 02 Lançamentos de crédito, 01 Retificação, 02 Requerimentos, 01 Título de transmissão, 03 Contratos para propor ação judicial, 01 Crédito, 01 Aprovação, 01 Nulidade, 10 Hipotecas, 01 Demarcação, 04 Desistências de herança, 12 Testamentos, 01 Título de benfeitoria, 01 Desistência de compra e venda, 02 Distratos, 01 Adiantamento da legítima, 01 Contrato de serviços médicos, 01 Habilitação, 03 Contratos para administrar fazenda, 01 Contrato de serviços domésticos, 05 Escrituras, 01 Arrolamento de partilha, 06 Recibos, 01 Acordo, 05 Títulos de propriedade de terras, 01 Contrato para plantio de café, 02 Contratos de empreitada, 01 Carta de adjudicação, 01 Ajuste de conta, 01 Habilitação, 03 Arrendamentos de terras, 02 Cartas, 02 Cessões de herança, 01 Promissória, 03 Perfiliações, 01 Desistência de cessão de bem imóvel, 01 Ressalva, 01 Cessão de direitos, 02 Offícios.

No que diz respeito ao objetivo geral deste projeto, a averiguação de registros a respeito da escravidão na comarca, foram localizadas e analisadas 09 Doações de escravos, 01 Distrato de venda de escravo, 01 Alvará de liberdade, 153 Compras e vendas de escravos, 06 Revogações de carta de liberdade, 01 Recibo de compra de liberdade, 02 Contratos de trabalho para pagamento de liberdade, 89 Cartas de liberdade, 01 Título de liberdade, 04 Compras de liberdade, 01 Carta de manutenção de liberdade, 01 Avaliação de escravo, 04 Permutas de escravos, 01 Divisão de escravos (herança), 02 Hipotecas de escravos, 10 Compras e vendas de parte de escravos, 01 Carta de liberdade por emancipação.

Da análise preliminar do material levantado constituiu-se, ainda, um terceiro ponto de interesse como objeto de estudo que é agora apresentado como proposta de doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e

Ciências de Marília: a temática de escravidão e as relações sociais daí advindas, bem como a luta pela liberdade no Bolsão Sulmatogrossense, a denotar relações sociais pautadas tanto pela legalidade como pela violência entre proprietários e escravos no desenvolvimento de uma Capitania até então conhecida pela ótica de “bandidos” (CORRÊA, 2006), ou sua vocação para o desenvolvimento pastoril (CAMARGO, 2010).

Referências Bibliográficas

CAMARGO, Isabel Camilo de. **O sertão de Santana de Paranaíba: um perfil da sociedade pastoril-escravista no sul do antigo Mato Grosso (1830-1888)**. 2010. 232 f. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, Dourados, Mato Grosso do Sul, 2010.

CAMPESTRINI, Hildebrando. **Santana de Paranaíba**. Campo Grande/MS: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1994.

CORRÊA, Valmir Batista. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso: 1889-1943**. 2 ed. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2006.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução Vera Ribeiro; tradução do posfácio à edição alemã Pedro Süssekind; apresentação e revisão técnica Federico Niburg. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FIGUEIREDO, Israel de Faria. **Origem da capitania de Mato Grosso: 1748-1765**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 6 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**. Teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 26 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Trad. Célia Neves e Alderico Toribio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.